

O TDAH NA ESCOLA: DESAFIOS, PRÁTICAS E FUNDAMENTOS LEGAIS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



ADHD IN SCHOOL: CHALLENGES, PRACTICES, AND LEGAL FOUNDATIONS FOR AN INCLUSIVE EDUCATION

DEYSE LIMA GUDIM DE MORAES

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Sumaré (2010); Especialista em pós em psicopedagogia pela Faculdade FCE – Faculdade Campos Elíseos (2013); Pós em AEE – Atendimento Educacional Especializado (2024); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – Prefeitura de São Paulo (SME)

RESUMO

O presente artigo discute a inclusão de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no contexto da escola regular, abordando os desafios reais enfrentados em sala de aula, os procedimentos institucionais da escola, a atuação docente, as lacunas existentes nas políticas públicas e as bases legais que sustentam a educação inclusiva. A pesquisa fundamenta-se na legislação brasileira, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e normativas do Ministério da Educação, além de referenciais teóricos de autores como Barkley, Vygotsky, Mantoan e Luckesi. Destaca-se a importância do planejamento pedagógico flexível, da formação continuada dos professores, da parceria entre escola e família e do acompanhamento interdisciplinar para garantir a aprendizagem significativa, o desenvolvimento socioemocional e a permanência escolar do estudante com TDAH. O estudo reforça que a inclusão efetiva exige mais do que adaptações pontuais, demandando uma mudança cultural, pedagógica e institucional no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: TDAH; Inclusão Escolar; Prática Pedagógica; Legislação Educacional; Aprendizagem.

ABSTRACT

This article discusses the inclusion of children with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in the context of regular schools, addressing the real challenges faced in the classroom, the school's institutional procedures, teacher performance, existing gaps in public policies, and the legal bases that support inclusive education. The research is based on Brazilian legislation, such as the 1988 Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law No. 9,394/1996), the Statute of Persons with Disabilities (Law No. 13,146/2015), and regulations from the Ministry of Education, in addition to theoretical frameworks from authors such as Barkley, Vygotsky, Mantoan, and Luckesi. The importance of flexible pedagogical planning, continuing teacher training, partnerships between school and family, and interdisciplinary support to ensure meaningful learning, socio-emotional development, and school retention for students with ADHD is highlighted. The study reinforces that effective inclusion requires more than just one-off adaptations, demanding a cultural, pedagogical, and institutional change in the school environment.

KEYWORDS: ADHD; School Inclusion; Pedagogical Practice; Educational Legislation; Learning.

INTRODUÇÃO

A presença de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nas escolas regulares é uma realidade cada vez mais evidente no cenário educacional brasileiro. Caracterizado por padrões persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, o TDAH impacta diretamente o processo de ensino-aprendizagem, exigindo da escola e dos professores estratégias pedagógicas diferenciadas e sensíveis às necessidades do estudante.

Este artigo tem como objetivo analisar como a escola pode atender de forma efetiva os alunos com TDAH, considerando os fundamentos legais, as contribuições teóricas sobre desenvolvimento e aprendizagem, os procedimentos institucionais da escola e a prática docente. A relevância do estudo justifica-se pela recorrente dificuldade enfrentada pelos educadores em lidar com comportamentos considerados inadequados, muitas vezes interpretados de forma equivocada como indisciplina, desinteresse ou falta de limites.

O problema investigado centra-se em compreender de que maneira a escola e o professor podem promover práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança com TDAH. O objetivo geral é refletir sobre estratégias e procedimentos que garantam inclusão e equidade educacional. Como objetivos específicos, busca-se: (1) analisar a legislação vigente relacionada à educação inclusiva e ao TDAH; (2) discutir o papel da escola e do professor no atendimento ao estudante com TDAH; (3) identificar desafios e lacunas existentes; (4) propor práticas pedagógicas inclusivas e procedimentos institucionais eficazes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

LEGISLAÇÃO E DIREITOS EDUCACIONAIS DO ESTUDANTE COM TDAH

A legislação brasileira assegura o direito à educação a todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, como o TDAH. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esse princípio fundamenta as políticas de inclusão e equidade educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) define a Educação Especial como modalidade transversal, destinada a atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e outras condições que impactam a aprendizagem. Embora o TDAH não seja classificado legalmente como deficiência, ele se enquadra no campo das necessidades educacionais específicas, exigindo adaptações pedagógicas, flexibilização curricular e estratégias diferenciadas. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a obrigação das instituições de ensino em garantir práticas inclusivas, eliminando barreiras pedagógicas e atitudinais. Ainda que o TDAH não esteja explicitamente nomeado, o estatuto contribui para uma compreensão ampliada de inclusão, pautada no respeito às diferenças e na garantia de aprendizagem significativa.

Destaca-se também a Lei nº 14.254/2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral de educandos com dislexia, TDAH ou outros transtornos de aprendizagem. Essa legislação representa um avanço ao reconhecer oficialmente o TDAH no contexto escolar, determinando que as redes de ensino promovam identificação precoce, acompanhamento pedagógico e apoio especializado, em parceria com a área da saúde.

Documentos orientadores do Ministério da Educação, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçam a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis, avaliação formativa e respeito aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Assim, o respaldo legal existe, porém sua efetivação depende de ações concretas no cotidiano escolar.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE TDAH, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

A compreensão do TDAH no contexto escolar exige um diálogo aprofundado com teorias do desenvolvimento humano e da aprendizagem, que permitam compreender o estudante para além de uma visão clínica ou comportamental. Russell Barkley (2008) define o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade como um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete, principalmente, as

funções executivas do cérebro, responsáveis pelo controle inibitório, atenção sustentada, memória de trabalho, planejamento, organização, monitoramento de ações e autorregulação emocional. Essas funções são essenciais para o desempenho escolar, pois estão diretamente relacionadas à capacidade de seguir regras, manter o foco em tarefas, concluir atividades, organizar materiais e regular comportamentos em situações coletivas.

No ambiente escolar, as dificuldades relacionadas às funções executivas manifestam-se, frequentemente, por meio de comportamentos como inquietação motora, impulsividade, dificuldade em aguardar a vez de falar, esquecimento de tarefas, desorganização de materiais e baixa tolerância à frustração. Tais comportamentos, quando não compreendidos à luz do TDAH, podem ser interpretados equivocadamente como indisciplina, desinteresse ou falta de esforço, reforçando experiências de fracasso escolar e prejuízos à autoestima do estudante. Barkley (2008) enfatiza que essas dificuldades não decorrem de má vontade, mas de limitações neurológicas que exigem intervenções pedagógicas específicas e suporte contínuo.

Sob a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991), a aprendizagem é um processo social e mediado, que ocorre por meio da interação entre o sujeito e o meio, especialmente nas relações estabelecidas com o professor e os colegas. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) evidencia que a criança é capaz de realizar aprendizagens mais complexas quando recebe apoio intencional de um mediador. Para o aluno com TDAH, esse apoio se concretiza em estratégias como instruções claras e objetivas, divisão das tarefas em etapas menores, uso de pistas visuais, reforços positivos, organização do tempo e intervenções planejadas que auxiliem na manutenção da atenção e na autorregulação do comportamento. Assim, a mediação pedagógica torna-se elemento central para promover avanços cognitivos, emocionais e sociais.

Mantoan (2003) contribui de forma significativa ao afirmar que a inclusão escolar pressupõe a transformação das práticas pedagógicas, da organização escolar e da cultura institucional, e não a tentativa de ajustar o aluno a um modelo escolar rígido e padronizado. Nessa perspectiva, o estudante com TDAH não deve ser visto como um problema a ser corrigido, mas como sujeito de direitos, com singularidades, potencialidades e formas próprias de aprender. A escola inclusiva é aquela que flexibiliza o currículo, diversifica metodologias, valoriza os diferentes ritmos de aprendizagem e reconhece que a diversidade é constitutiva do processo educativo.

Complementando essa abordagem, Wallon (1968) destaca a afetividade como dimensão indissociável do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Para crianças com TDAH, o vínculo afetivo com o professor, o acolhimento, a escuta sensível e o reconhecimento de esforços são fatores determinantes para o engajamento nas atividades escolares, o fortalecimento da autoestima e a permanência na escola. A afetividade atua como mediadora do conhecimento, especialmente para estudantes que vivenciam repetidas experiências de insucesso escolar. Quando o ambiente educativo é marcado pela compreensão, pelo respeito e pela valorização das conquistas, mesmo que pequenas, cria-se um contexto favorável ao desenvolvimento da autonomia, da autorregulação e da aprendizagem significativa.

PROCEDIMENTOS DA ESCOLA NO ATENDIMENTO AO TDAH

A escola desempenha papel central na efetivação da inclusão do aluno com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), pois é nesse espaço que as políticas públicas, as orientações legais e os referenciais teóricos se concretizam em práticas pedagógicas cotidianas. Para que a inclusão ocorra de forma efetiva, não basta apenas a matrícula do estudante; é necessário que a instituição organize seus procedimentos internos de modo a responder às necessidades educacionais específicas.

Entre os principais procedimentos institucionais, destacam-se a elaboração de projetos pedagógicos que contemplem a diversidade, incorporando no Projeto Político-Pedagógico (PPP) princípios da educação inclusiva, flexibilização curricular e estratégias de atendimento às diferenças. O PPP deve refletir o compromisso da escola com a equidade, prevendo ações concretas para o acompanhamento de alunos com TDAH e outras necessidades educacionais.

A flexibilização curricular e organizacional constitui outro eixo fundamental, permitindo adequações nos tempos, espaços, metodologias e formas de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Essa flexibilização deve ser compreendida como estratégia pedagógica e não como privilégio, garantindo condições justas para que o aluno com TDAH possa aprender e participar das atividades escolares.

A construção de protocolos de acompanhamento pedagógico é essencial para sistematizar o atendimento ao estudante com TDAH. Esses protocolos podem incluir registros de observação, planos de intervenção individualizados, definição de responsabilidades da equipe escolar, critérios de acompanhamento e avaliação, bem como fluxos de encaminhamento quando necessário. Tais instrumentos contribuem para a continuidade das ações e evitam práticas isoladas ou desarticuladas.

A articulação com a família e com os serviços de saúde é outro aspecto imprescindível. A escola deve estabelecer canais permanentes de diálogo com os responsáveis, promovendo reuniões, devolutivas e orientações que fortaleçam a parceria no acompanhamento da criança. Quando há acompanhamento clínico ou terapêutico, o diálogo entre educação e saúde contribui para uma atuação mais coerente e integrada, respeitando os limites e as competências de cada área.

A oferta de formação continuada aos professores é condição indispensável para a inclusão. A gestão escolar deve investir em momentos formativos que abordem o TDAH, suas implicações no processo de aprendizagem, estratégias pedagógicas inclusivas e manejo de comportamento, favorecendo a construção de saberes teóricos e práticos. Além disso, a atuação da equipe gestora e pedagógica no apoio ao docente — por meio de orientações, acompanhamento em sala, escuta e planejamento coletivo — fortalece o trabalho do professor e reduz sentimentos de isolamento e sobrecarga.

Nesse contexto, a gestão escolar deve promover uma cultura inclusiva, orientando a equipe para que compreenda o TDAH para além do comportamento, evitando práticas punitivas, rotulações e exclusões veladas. Reuniões pedagógicas, estudos de caso, análise de práticas e planejamento coletivo

configuram-se como estratégias fundamentais para alinhar ações, compartilhar responsabilidades e garantir coerência no atendimento ao estudante com TDAH.

O PAPEL DO PROFESSOR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

O professor é mediador do processo de aprendizagem e figura-chave na inclusão do aluno com TDAH. Sua atuação exige planejamento intencional, flexibilidade pedagógica, sensibilidade e compreensão das especificidades do transtorno. Cabe ao docente criar condições para que o estudante participe ativamente das atividades, desenvolva autonomia e construa conhecimentos de forma significativa.

Entre as principais práticas pedagógicas inclusivas, destaca-se a organização do ambiente físico, com a redução de estímulos distratores e a disposição estratégica do aluno em sala de aula, favorecendo a atenção e a interação. O uso de rotinas estruturadas e previsíveis contribui para a segurança emocional, a organização do tempo e a antecipação das atividades, aspectos fundamentais para estudantes com TDAH.

As instruções claras, objetivas e fragmentadas auxiliam na compreensão das tarefas e na execução das atividades, evitando sobrecarga cognitiva. A diversificação de estratégias metodológicas — como trabalhos em pequenos grupos, atividades práticas, jogos, projetos interdisciplinares e recursos tecnológicos — amplia as possibilidades de aprendizagem e mantém o engajamento do aluno.

As atividades práticas, lúdicas e contextualizadas são especialmente relevantes, pois favorecem a participação ativa, a motivação e a relação entre teoria e prática. A adaptação do tempo e das formas de avaliação permite respeitar o ritmo de aprendizagem do estudante, garantindo que ele possa demonstrar seus conhecimentos por diferentes meios.

Outro aspecto essencial é a valorização dos interesses, habilidades e potencialidades do aluno com TDAH, reconhecendo suas conquistas e incentivando sua autoestima. Segundo Barkley (2008), estratégias que auxiliam na autorregulação e na organização são fundamentais para esses estudantes. O uso de recursos visuais, listas de tarefas, agendas, contratos pedagógicos, jogos educativos e tecnologias digitais favorece a manutenção da atenção, a organização das ações e o engajamento nas atividades, contribuindo para o desenvolvimento das funções executivas.

AValiação e Acompanhamento da Aprendizagem

A avaliação do aluno com TDAH deve ser concebida como um processo contínuo, formativo e processual, conforme defendido por Luckesi (2011). Avaliar não significa punir, rotular ou classificar, mas compreender o percurso de aprendizagem do estudante, identificar avanços, dificuldades e potencialidades, e reorientar a prática pedagógica sempre que necessário.

Nesse sentido, a avaliação deve considerar não apenas os resultados finais, mas todo o processo de aprendizagem, valorizando o esforço, a participação, o progresso individual e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais. Instrumentos diversificados, como registros de observação sistemática, portfólios, relatórios descritivos, diários de acompanhamento, autoavaliação e planos individualizados, permitem uma compreensão mais ampla e qualitativa do desenvolvimento do aluno com TDAH.

A flexibilização dos instrumentos avaliativos, do tempo destinado às atividades e das formas de expressão do conhecimento é essencial para garantir equidade. Provas tradicionais podem ser substituídas ou complementadas por produções orais, atividades práticas, projetos, registros visuais e avaliações mediadas, respeitando as características do estudante.

A parceria com a família é indispensável no acompanhamento da aprendizagem, pois possibilita compreender o contexto da criança, alinhar expectativas, compartilhar estratégias e fortalecer o desenvolvimento integral. Reuniões periódicas, devolutivas individuais e comunicação constante contribuem para uma atuação mais coerente entre escola e família.

Quando necessário, o trabalho interdisciplinar com psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e outros profissionais amplia a compreensão sobre as necessidades do aluno e contribui para intervenções mais eficazes, respeitando o papel pedagógico da escola e evitando práticas de medicalização isoladas.

DESAFIOS, LACUNAS E O QUE AINDA FALTA

Apesar dos avanços legais e teóricos, a inclusão do aluno com TDAH ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano escolar. Entre os principais obstáculos, destacam-se a falta de formação específica dos professores, o desconhecimento sobre o transtorno e suas implicações pedagógicas, a presença de turmas numerosas que dificultam o acompanhamento individualizado e a predominância de práticas pedagógicas tradicionais, pouco flexíveis e centradas em métodos homogêneos.

Observa-se também a ausência de protocolos claros nas escolas para identificação, acompanhamento e intervenção pedagógica, o que gera insegurança nos docentes e ações fragmentadas. Outro desafio recorrente é a medicalização excessiva, muitas vezes utilizada como única resposta às dificuldades do aluno, sem o devido acompanhamento pedagógico e sem considerar o contexto escolar e social.

O que ainda falta para o avanço da inclusão é o investimento consistente em formação continuada dos profissionais da educação, a implementação de políticas públicas integradas entre educação e saúde, a redução do número de alunos por turma e o fortalecimento das equipes pedagógicas. Além disso, faz-se necessária uma mudança de concepção sobre aprendizagem e comportamento, superando visões punitivas e normativas, e assumindo uma perspectiva inclusiva, humanizada e centrada no desenvolvimento integral do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do aluno com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade na escola regular é um compromisso ético, pedagógico e social. Embora existam leis e diretrizes que respaldem esse direito, a efetivação da inclusão depende da transformação das práticas escolares, do fortalecimento da formação docente e do engajamento coletivo da comunidade educativa.

O professor, apoiado pela gestão escolar, desempenha papel fundamental ao criar estratégias que respeitem o ritmo, as potencialidades e as necessidades do estudante com TDAH. A escola inclusiva é aquela que reconhece a diversidade como valor e compreende que ensinar exige flexibilidade, escuta e compromisso com a aprendizagem de todos.

Conclui-se que atender o aluno com TDAH não significa oferecer privilégios, mas garantir condições justas para que ele aprenda, participe e se desenvolva plenamente. A inclusão, portanto, não é apenas cumprimento da lei, mas construção diária de uma educação mais humana, democrática e equitativa.

REFERÊNCIAS

BARKLEY, Russell A. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Manual para Diagnóstico e Tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Acompanhamento integral de educandos com dislexia e TDAH.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. A Evolução Psicológica da Criança. São Paulo: Martins Fontes, 1968.